



PRIMEIRO MINISTRO

DISCURSO TOMADA DE POSSE MEMBROS DO GOVERNO

Díli, aos 17 de Outubro de 2017

Sua Excelência

Senhor Presidente da República Democrática de Timor-Leste,
Dr. Francisco Guterres "Lú-Olo"

Excelência Senhor Presidente do Parlamento Nacional,
Dr. Aniceto Guterres

Excelência Senhor Presidente do Tribunal de Recurso,
Dr. Deolindo dos Santos

Excelências Senhores Ex-Titulares de Órgãos de Soberania

Reverendíssimos Bispos das Dioceses de Díli, Baucau e Maliana

Líderes de Outras Confissões Religiosas

Ilustres Deputadas e Deputados

Ilustres Membros do VII Governo Constitucional

Estimados Membros da Autoridade da RAEOA/ZEESM TL

Honrados Líderes de Partidos Políticos e das Forças vivas da Sociedade

Respeitados Membros do Corpo Diplomático

Estimadas convidadas e convidados

Começo por agradecer a presença de V. Excias em mais uma tomada de posse de membros do VII Governo Constitucional.

Antes de mais, gostaria de aproveitar esta oportunidade para expressar a solidariedade de Timor-Leste pela tragédia mortal que, mais uma vez, se abateu sobre Portugal. O número de vítimas e de hectares ardidos divulgados até ao momento não deixa nenhum cidadão Timorense indiferente e, apesar da distância que geograficamente nos separa, quero deixar claro que o Povo de Portugal está neste momento, mais do que nunca, nas nossas orações.

Como é sabido, o atual VII Governo Constitucional decorre de um resultado eleitoral em que o povo manifestou claramente a vontade de que houvesse uma governação de compromisso e concertação permanentes entre as diversas forças políticas com assento parlamentar, apelando à sua união para garantia da paz e estabilidade necessárias ao sucesso de qualquer programa de desenvolvimento nacional. É tendo sempre isto em mente que, enquanto Primeiro-Ministro, tudo faço para ampliar a inclusão tida como necessária para a formação do Governo que tenho a honra de liderar.

É também com a intenção de ampliar a inclusão que decidi adicionar mais três mulheres ao elenco governativo apresentado, procurando que sirva igualmente de incentivo à participação ativa das mulheres na vida política nacional. Quero assim deixar claro que a defesa da igualdade do género é, desde o primeiro momento, uma

preocupação desta liderança.

O Programa do atual Governo, cuja a apresentação se iniciou ontem no Parlamento Nacional, propõe continuar o processo de construção nacional no âmbito da agenda de transformação estabelecida no Plano Estratégico de Desenvolvimento (PED) 2011-2030 e dos Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas. Assim sendo, o VII Governo Constitucional ao longo desta legislatura promoverá uma *‘evolução na continuidade’*, focando-se em quatro pilares fundamentais: 1) o setor social; 2) o desenvolvimento das infraestruturas; 3) o desenvolvimento do setor económico; e finalmente 4) a modernização institucional.

Senhoras e senhores,

Reconhecemos o esforço desenvolvido e as melhorias realizadas até hoje pelos Governos anteriores. Em muitas áreas as bases para o VII Governo Constitucional já estão lançadas. Assim sendo, o atual Governo procurará assegurar a continuidade da reforma da economia em curso no país, dando prioridade à redução dos níveis de pobreza em que ainda vive um terço da nossa população, promovendo a criação de emprego, diversificando as fontes de receitas nacionais e atraindo investimento privado, trilhando caminhos que nos conduzam a um desenvolvimento inclusivo e sustentável.

O atual Governo dará também prioridade ao desenvolvimento legislativo e institucional da sociedade e do Estado, aproximando a Justiça de todos os cidadãos. Trataremos da melhoria do ordenamento jurídico nacional e da sua respetiva implementação, assim como da promoção do primado da lei, sabendo que aquele se realiza através dos cidadãos e das instituições. De entre as instituições, é de destacar o sistema judicial que deve merecer um apoio e assistência particulares no sentido do desenvolvimento das suas capacidades, assegurando em todos os momentos o respeito pela independência da magistratura judicial e a autonomia de gestão da administração judiciária.

Em matéria de relações externas, Timor-Leste deve assumir uma política proactiva na promoção e defesa dos interesses nacionais privilegiando o reforço das relações de cooperação e amizade com países vizinhos e com países com os quais partilhe laços históricos e culturais, nomeadamente a CPLP.

Hoje mais do que nunca, Timor-Leste deve mostrar-se particularmente empenhado na definição de uma linha de ação diplomática em prol da afirmação e consolidação da paz e estabilidade a nível nacional, regional e internacional. Deve igualmente reforçar a sua capacidade para praticar uma diplomacia económica dinâmica de forma a retirar benefícios de uma economia cada vez mais globalizada, apostando simultaneamente na vertente cultural da diplomacia de modo a valorizar e promover a nossa História, o nosso povo e a nossa identidade junto da comunidade internacional.

Este é também um objetivo partilhado com o setor do Turismo. Timor-Leste tem um potencial turístico considerável que, a nosso ver, deve ser explorado num quadro de intervenções do setor público, do setor privado, da sociedade civil e dos parceiros de desenvolvimento que conjuntamente contribuirão para o desenvolvimento de uma indústria turística que deve servir de catalisador da diversificação económica no país em alinhamento com a Política Nacional de Turismo.

Reitero aqui o que ainda ontem tive a oportunidade de afirmar junto do Parlamento Nacional aquando da apresentação do Programa do VII Governo Constitucional, o grande objetivo político deste Governo é governar para as pessoas, para o povo, respondendo aos seus anseios e às suas aspirações unidos pela visão comum de construção de um país inclusivo, justo e desenvolvido. Foi este o ideal que nos orientou e uniu antes, deverá ser esse o ideal a nos orientar e unir agora!

Gostaria de finalizar esta curta intervenção fazendo referência a um evento recente. Tal como já declarámos, a delimitação de fronteiras permanentes com a Austrália e a Indonésia constitui uma prioridade nacional para o atual Governo. Assim sendo, temos que nos congratular pela mais recente rubrica do texto final do tratado sobre a delimitação de fronteiras marítimas entre a Austrália e Timor-Leste, a ser assinado em

data ainda a determinar. Mais uma vez, apresentamos os nossos mais profundos agradecimentos, por todos os esforços envidados, ao anterior Governo e, sobretudo, ao nosso Maun Bot, Xanana Gusmão.

Muito obrigado.